

ATA DA 947ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALFREDO VASCONCELOS - MINAS GERAIS.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às dezenove horas, foi realizada a nongentésima quadragésima sétima reunião ordinária da Câmara Municipal. O senhor presidente, vereador **José Marques Ribeiro de Melo**, determinou a secretária, vereadora **Nirléia Milagres Coelho Silva**, a proceder à chamada, constatando-se as presenças dos seguintes vereadores: **José Marques Ribeiro de Melo, Edson Pereira Heleno, Nirléia Milagres Coelho Silva, Mauro César de Oliveira, Fábio José Garcia, Amarílio Antônio Ferreira, Antônio Valentino Ferreira, Maikon Marcos Ribeiro e Evaristo Carvalho Araújo de Paula**. Verificando haver quorum, o vereador presidente declarou aberta a reunião. Logo após, foi feita a leitura da ata da reunião anterior que foi posta em discussão e votação e aprovada por unanimidade. Em seguida, o vereador presidente passou a palavra aos vereadores que deram boas vindas aos visitantes presentes no plenário e o parabenizaram antecipadamente pelo seu aniversário, que será dia 08 de junho. O vereador presidente citou a presença dos moradores da localidade Morro Queimado e destacou que o vereador Amarílio está sempre falando das necessidades da referida localidade e a câmara está sempre cobrando providências do executivo. A vereadora Nirléia comentou sobre o projeto de lei nº 05/2018 que "Cria o programa municipal de apoio ao produtor rural do município de Alfredo Vasconcelos e dá outras providências", e salientou que é o momento de fortalecimento dos produtores rurais. A vereadora Nirléia disse que o projeto é bom e deve ser aprimorado algumas coisas. A vereadora Nirléia destacou que agora chegou o momento e não tem mais como prosseguir, pois quem está sendo penalizado é o próprio produtor rural que hoje não tem acesso ao maquinário. A vereadora Nirléia disse que o município deve aderir a programas que auxiliem os produtores rurais para que não ocorra o êxodo rural. O vereador Maikon perguntou se o executivo já informou alguma coisa sobre a resolução da super lotação dos ônibus que levam os alunos para a faculdade. O vereador Maikon falou que discutiu alguns pontos sobre o projeto de lei nº05/2018 com o vereador Mauro, mas vão discutir outros pontos em plenário. O vereador Antônio Valentino disse que os produtores rurais da localidade do Açude ficaram mais de quinze dias sem acesso as máquinas em suas lavouras por causa das denúncias feitas. O vereador Antônio comentou que espera a aprovação do projeto para ser tudo legalizado. O vereador Evaristo disse que faz dele as palavras da vereadora Nirléia referente ao projeto de lei nº 05/2018. O vereador Amarílio disse que os representantes da localidade do Morro Queimado estão presentes no plenário reivindicando providências sobre um buraco que tem perto da igreja, além de outras prioridades que todos já sabem, uma vez que os edis estão sempre discutindo nas reuniões. O vereador Amarílio comentou que a cobrança dos vereadores está sendo feita, mas o executivo está demorando a resolver os problemas. O vereador Amarílio disse que o município deve criar a secretaria de agricultura para coordenar os trabalhos que estão sendo criados no projeto de lei nº 05/2018 e sugeriu que fosse enviado para a câmara antecipadamente a listagem mensal dos beneficiados pelo respectivo projeto de lei para que os

vereadores tenham controle. O vereador Mauro disse que semana passada propôs marcar uma reunião entre os membros da comissão para discutir o projeto de lei nº 05/2018, mas o vereador afirma que não houve interesse pelos membros da mesma, por isso solicitou ao vereador presidente que o retirasse da Comissão de Constituição e Justiça, porque não tem como um projeto tão complexo ser tratado dessa maneira. O vereador Mauro comentou que a prefeitura foi alvo de onze denúncias, sendo que a maior parte delas foi feita porque o prefeito usava a máquina pública para trabalhar dentro do seu próprio terreno. Diante disto, o vereador Mauro falou que se deve tomar cuidado quando mencionar que não irão fazer o serviço por causa de denúncias, mas sim dizer que não vai fazer para ninguém porque foi feito pelo prefeito e foi denunciado. O vereador Mauro disse que tem algumas objeções referentes ao projeto de lei nº 05/2018, destacando que o governo tem que dar ao povo, saúde, saneamento básico, educação e segurança pública, pois se estes quatro pilares forem respeitados a comunidade se auto sustenta. O vereador Mauro salientou que o projeto de lei nº 05/2018 tem seu ponto de benefício, apesar de populista e perigoso, mas ainda acha que tem que ser voltado apenas para o produtor de agricultura familiar. O vereador Fábio informou que vai acontecer mais uma oficina do Parlamento Jovem com o apoio da UEMG amanhã, dia 05 de junho, às 13:00 horas, nesta casa legislativa. O vereador Fábio agradeceu o executivo pela reforma da ponte da comunidade do Tanque, no local que dá acesso à família de Medeiros. O vereador Fábio comentou que vem fazendo várias indicações para a comunidade do Tanque, no sentido de pedir iluminação pública próximo da igreja, água potável e aquisição de lixeiras. O vereador Fábio falou da importância do projeto de lei nº 05/2018 e ressaltou que tem alguns questionamentos que serão feitos nas comissões. O vereador Fábio perguntou ao vereador presidente sobre a resolução do problema da linha férrea que dá acesso a comunidade do Tanque. Na oportunidade, o vereador presidente respondeu-lhe que quando se reunir com os vereadores Amarílio e Maikon para irem até a MRS em Conselheiro Lafaiete, eles incluirão a travessia para a comunidade do Tanque, uma vez que terá que asfaltar a travessia e só a MRS pode realizar o trabalho, por ser o trevo de responsabilidade da ferrovia. Adentrando na ordem do dia, houve debate sobre o projeto de lei nº 05/2018 de autoria do executivo, que "Cria o programa municipal de apoio ao produtor rural do município de Alfredo Vasconcelos e dá outras providências". O vereador Mauro, secretário da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Cidadania, Defesa dos Direitos Humanos e do Consumidor solicitou pareceres jurídicos do executivo e do legislativo se responsabilizando pela constitucionalidade desta lei. O vereador Mauro disse que o mesmo projeto de lei foi apresentado na cidade de Estiva, sul de minas, e foi denominado improcedente, baseado no art. 13, parágrafo 1º e 2º e art. 166, item VI da Constituição do Estado de Minas Gerais. O vereador Mauro disse que tem de ser levado em consideração pela comissão, pois foi feita a colocação pelo Tribunal de Justiça e também do Ministério Público do Estado de Minas Gerais que colocam o projeto como inconstitucional. O vereador Mauro disse também que é necessário fazer essas colocações porque o projeto politicamente beneficia em tempo de eleição. Houve um extenso debate entre os membros da Comissão de Constituição Legislação, Justiça, Cidadania,

Defesa dos Direitos Humanos e do Consumidor. Logo após o debate, o vereador Mauro disse que solicitou o parecer jurídico, mas ele já sabe que o voto da maioria é favorável. O vereador Mauro disse que não é contra o citado projeto de lei, desde que seja executado exclusivamente para o produtor de agricultura familiar de baixa renda e que o projeto beneficiará apenas os produtores maiores. O vereador Mauro abriu mão dos pareceres jurídicos e fez a abstenção no parecer da comissão. O vereador Maikon disse que quer o parecer jurídico do legislativo, conforme o vereador Mauro havia solicitado anteriormente. Dando sequência aos trabalhos, a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Cidadania, Defesa dos Direitos Humanos e do Consumidor apresentou parecer favorável ao projeto de lei nº 06/2018 de autoria do executivo, que "Concede correção aos subsídios, salários e vencimentos dos servidores públicos e agentes políticos do executivo municipal". O vereador Maikon disse que acha o percentual de reajuste pouco, mas foi o índice que o presidente da república deu para o salário mínimo e está sendo acompanhado pelo executivo municipal. O vereador Mauro disse que não veio o impacto da folha de pagamento, mas não vai pedir e acompanha o voto do relator. Logo após, a Comissão de Finanças, Orçamento, Tomada de Contas, Fiscalização, Educação e Saúde Pública, também apresentou o parecer favorável ao projeto de lei nº 06/2018. Diante dos pareceres favoráveis das comissões, o vereador presidente colocou o projeto de lei nº 06/2018 em primeira e segunda votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, o vereador presidente apresentou o projeto de lei nº 07/2018 de autoria do executivo, que "Altera a lei municipal nº 328/08 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências". Após a apresentação do respectivo projeto de lei, o vereador presidente encaminhou-o para a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Cidadania, Defesa dos Direitos Humanos e do Consumidor e para a Comissão de Finanças, Orçamento, Tomada de Contas, Fiscalização, Educação e Saúde Pública. O vereador Maikon requisitou o projeto para análise e solicitou cópia da lei municipal de nº 328/08 e a lei federal de 2017 que foi citada na justificativa do referido projeto de lei. O vereador presidente passou a palavra, autorizada através de requerimento protocolado na secretaria da câmara, para a Sra. Isabela Maria Oliveira Candian que usou da palavra para agradecer os vereadores pela aprovação do projeto de lei nº 06/2018 que concedeu reajuste aos funcionários públicos municipais e disse que é pouco, mas antes pingar do que secar. A Sra. Isabela disse que é o reajuste que o governo federal deu, mas perante a defasagem de salário dos funcionários não vai ser significativo e disse que vão lutar para conseguir mais, porque esse reajuste só veio porque o Sindicato dos Servidores Municipais de Alfredo Vasconcelos - SISAV protocolou na secretaria da prefeitura no dia 23 de maio um documento pedindo uma reunião para que fosse discutido com o executivo um reajuste que fosse justo. A Sra. Isabela afirmou que o executivo não teve boa vontade em conceder este percentual, pois não houve a reunião com os membros do SISAV, conforme eles haviam solicitado. A Sra. Isabela esclareceu que até o ano passado era uma comissão de professoras que negociava

com o executivo, mas agora elas são representadas pelo sindicato. O vereador Amarílio solicitou ao vereador presidente que marcasse uma reunião para discutir e tirar todas as dúvidas dos edis referente ao projeto de lei nº 05/2018. Na oportunidade, o vereador presidente informou que durante a semana entrará em contato com os edis marcando dia e horário para a referida reunião. Foram apresentadas as seguintes indicações: indicação nº 46/2018 do vereador Edson Pereira Heleno, indicando ao executivo que providencie com urgência cascalhamento e patrolamento da estrada que dá acesso a fazenda do Sr. Michel Marinho; e indicação nº 47/2018 do vereador Fábio José Garcia, indicando ao executivo que providencie a manutenção da estrada que dá acesso a localidade do Tanque, no sentido do Distrito de São José de Pouso Alegre, especialmente nas proximidades das residências dos Srs. Valdecir, Edevaldo e da Sra. Sidnéia. Tal solicitação se faz necessária, devido à dificuldade de tráfego dos veículos na localidade. Não havendo mais nada em pauta, o vereador presidente convocou todos os vereadores para a reunião ordinária no dia 11 de junho de 2018 às 19h00, e encerrou a reunião às 21h30, do que para constar o presidente determinou a lavratura desta ata, que depois de lida, se aprovada, será assinada pelos vereadores presentes.

Alfredo Vasconcelos, 04 de junho de 2018.

JOSÉ MARQUES RIBEIRO DE MELO
Presidente da Câmara Municipal

EDSON PEREIRA HELENO
Vice-Presidente da Câmara Municipal

NIRLÉIA MILAGRES COELHO SILVA
Secretária da Câmara Municipal

ANTONIO VALENTINO FERREIRA
Vereador

AMARÍLIO ANTONIO FERREIRA
Vereador

FÁBIO JOSÉ GARCIA
Vereador

EVARISTO CARVALHO ARAÚJO DE PAULA
Vereador

MAURO CÉSAR DE OLIVEIRA
Vereador

MAIKON MARCOS RIBEIRO
Vereador